

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	16.918
Preferenciais	0
Total	16.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.181.658	1.054.110
1.01	Ativo Circulante	350.913	372.292
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.807	8.116
1.01.02	Aplicações Financeiras	939	938
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	939	938
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	932	932
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	7	6
1.01.03	Contas a Receber	130.317	158.589
1.01.03.01	Clientes	130.317	158.589
1.01.04	Estoques	127.903	119.358
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.429	66.838
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.429	66.838
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	22.023	16.432
1.01.06.01.02	Tributos a Recuperar	50.406	50.406
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.288	13.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.230	4.577
1.01.08.03	Outros	4.230	4.577
1.01.08.03.01	Outros Ativos	4.230	4.577
1.02	Ativo Não Circulante	830.745	681.818
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	273.388	250.598
1.02.01.06	Tributos Diferidos	43.071	47.412
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.071	47.412
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	14.432	14.217
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	14.432	14.217
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	215.885	188.969
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	8.167	11.475
1.02.01.09.04	Depósitos Compulsórios Judiciais	7.895	14.745
1.02.01.09.05	Outros Ativos	3.000	3.932
1.02.01.09.06	Tributos a Recuperar	196.823	158.817
1.02.03	Imobilizado	553.533	426.989
1.02.04	Intangível	3.824	4.231

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.181.658	1.054.110
2.01	Passivo Circulante	484.928	492.330
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.139	20.130
2.01.02	Fornecedores	302.997	330.424
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	296.286	326.768
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	6.711	3.656
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.616	55.546
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	52.472	55.418
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	38.233	39.618
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.239	15.800
2.01.04.02	Debêntures	3.398	128
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.746	0
2.01.05	Outras Obrigações	61.894	49.151
2.01.05.02	Outros	61.894	49.151
2.01.05.02.04	Impostos a Recolher e Parcelados	30.515	15.059
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	31.379	34.092
2.01.06	Provisões	27.282	37.079
2.01.06.02	Outras Provisões	27.282	37.079
2.02	Passivo Não Circulante	668.016	555.161
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	636.911	519.730
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	383.524	391.472
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	265.001	268.272
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	118.523	123.200
2.02.01.02	Debêntures	125.169	128.258
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	128.218	0
2.02.02	Outras Obrigações	7.106	7.833
2.02.02.02	Outros	7.106	7.833
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher e Parcelados	7.106	7.833
2.02.04	Provisões	23.999	27.598
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.999	27.598
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.291	5.114
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.836	11.516
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.872	10.968
2.03	Patrimônio Líquido	28.714	6.619
2.03.01	Capital Social Realizado	52.658	52.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-73.979	-97.367
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	50.035	51.328

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	376.055	356.608
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-260.362	-236.784
3.03	Resultado Bruto	115.693	119.824
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-85.795	-99.982
3.04.01	Despesas com Vendas	-82.220	-81.480
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.363	-16.638
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-2.024	-221
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	17.812	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1.643
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.898	19.842
3.06	Resultado Financeiro	3.822	-16.644
3.06.01	Receitas Financeiras	28.210	1.468
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.388	-18.112
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-23.855	-18.884
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-533	772
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.720	3.198
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.625	-1.219
3.08.01	Corrente	-7.284	-709
3.08.02	Diferido	-4.341	-510
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.095	1.979
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.095	1.979
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1.306,00544	116,976
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1.306,00544	116,976

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	22.095	1.979
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.095	1.979

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.242	735
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	35.551	30.508
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	22.095	1.979
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	18.103	12.426
6.01.01.03	Perda na Alienação de Ativo Imobilizado	-148	-68
6.01.01.04	Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.024	221
6.01.01.05	Provisão Para Perda nos Estoques	90	223
6.01.01.06	Outras Provisões	-9.797	513
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	10.566	1.219
6.01.01.08	Provisão Para Demandas Judiciais	-3.599	-24
6.01.01.09	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Sobre Empréstimos	16.171	14.525
6.01.01.10	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Sobre Outras Contas	-19.954	-506
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.005	-17.106
6.01.02.01	Contas a Receber	26.491	-37.594
6.01.02.02	Estoques	-8.635	9.534
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-16.565	-1.433
6.01.02.04	Outros Ativos	11.718	-2.167
6.01.02.05	Fornecedores	-27.358	4.326
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	5.009	3.363
6.01.02.07	Impostos a Recolher e Parcelados	6.427	4.456
6.01.02.08	Outros Passivos	-2.092	2.409
6.01.03	Outros	-19.304	-12.667
6.01.03.01	Juros Pagos Sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-13.565	-9.963
6.01.03.02	Juros Pagos Sobre Outras Contas	-5.739	-2.704
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	79	-299
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-3.466	-4.663
6.02.02	Aquisição de Certificado de Depósito Bancário	-5.267	-6.500
6.02.03	Liquidação de Certificado de Depósito Bancário	8.812	11.606
6.02.04	Liquidação de Instrumentos Financeiros	0	-742
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.630	-9.207
6.03.01	Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	-24.979	-25.035
6.03.02	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.660	15.828
6.03.03	Amortização de passivo de arrendamento	-1.311	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.309	-8.771
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.116	10.605
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.807	1.834

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	52.658	0	0	-97.367	51.328	6.619
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	52.658	0	0	-97.367	51.328	6.619
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	22.095	0	22.095
5.04.08	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.095	0	22.095
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.293	-1.293	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	641	-641	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	0	0	0	652	-652	0
5.07	Saldos Finais	52.658	0	0	-73.979	50.035	28.714

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	52.658	0	0	-97.759	56.942	11.841
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	52.658	0	0	-97.759	56.942	11.841
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	1.979	0	1.979
5.04.08	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.979	0	1.979
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.044	-1.044	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	604	-604	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	0	0	0	440	-440	0
5.07	Saldos Finais	52.658	0	0	-94.736	55.898	13.820

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	472.243	446.633
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	479.552	452.602
7.01.02	Outras Receitas	-5.285	-5.748
7.01.02.01	Outras Deduções de Vendas	-5.793	-5.482
7.01.02.02	Outras Receitas/Despesas	508	-266
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.024	-221
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-291.927	-268.063
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-180.330	-166.237
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-111.597	-101.826
7.03	Valor Adicionado Bruto	180.316	178.570
7.04	Retenções	-18.103	-12.426
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.103	-12.426
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	162.213	166.144
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.210	1.468
7.06.02	Receitas Financeiras	28.210	1.468
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	190.423	167.612
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	190.423	167.612
7.08.01	Pessoal	43.150	40.448
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.954	31.393
7.08.01.02	Benefícios	6.731	6.543
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.465	2.512
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	100.674	100.227
7.08.02.01	Federais	46.026	31.961
7.08.02.02	Estaduais	54.333	67.988
7.08.02.03	Municipais	315	278
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.504	24.958
7.08.03.01	Juros	22.802	18.045
7.08.03.02	Aluguéis	1.702	6.913
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.095	1.979
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.095	1.979

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º trimestre de 2019

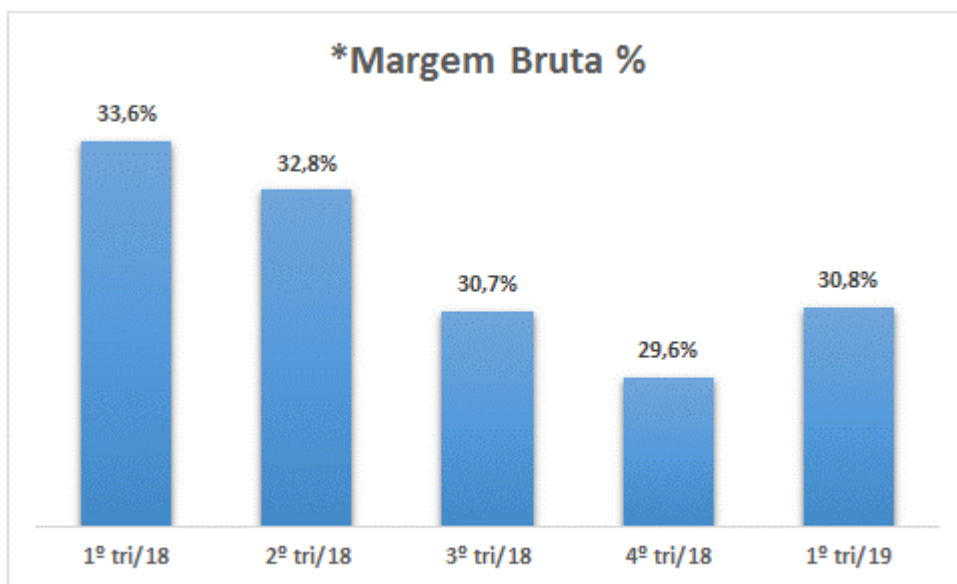
AMBIENTE ECONÔMICO

Nos três primeiros meses de 2019, o ambiente econômico foi marcado pela manutenção das taxas de juros e relativa estabilidade da inflação e taxa de câmbio. A inflação ao final do trimestre, medida pelo IPCA, subiu para 4,58% no acumulado de 12 meses, ficando dentro da meta estipulada pelo Governo. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a taxa básica de juros em 6,50% a.a.. O Real apresentou uma ligeira desvalorização de 0,6% em relação ao dólar. A expectativa de mercado em relação ao PIB de 2019 é de crescimento de 1,5%.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

No primeiro trimestre de 2019, a Santher atingiu uma Receita Líquida de Vendas de R\$ 376,1 milhões, crescimento de 5,5% comparado ao mesmo período de 2018. O Custo dos Produtos Vendidos cresceu 10,0% em relação ao mesmo período de 2018. O custo médio da celulose expresso em Reais cresceu 17,8% no primeiro trimestre de 2019 comparado a mesmo período do ano anterior. Além da celulose, outros insumos que têm seus preços atrelados ao dólar também impactaram de forma significativa o custo de produção da Companhia.

Com a manutenção dos preços de venda e queda do preço da celulose no trimestre em relação ao quarto trimestre de 2018, a Companhia recuperou parte da perda de margem apresentada nos últimos trimestres conforme gráfico abaixo:



* Lucro Bruto/Receita Líquida

A Administração da Santher vem mantendo austeridade no processo de contenção de custos. As Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas registraram um ligeiro aumento

Comentário do Desempenho

de 3,5% em relação ao primeiro trimestre de 2018. Essa variação decorre dos impactos inflacionários, aumento da receita líquida e reflexos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, conforme nota explicativa 2.2.

As receitas financeiras líquidas foram R\$ 3,8 milhões, que inclui uma perda cambial de R\$ 0,5 milhão, em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 0,6% no período, receita financeira de R\$ 23,2 milhões referente a atualização dos créditos de exclusão do ICMS sobre a base do PIS e da COFINS, cujo crédito foi reconhecido no trimestre em decorrência de ação transitada em julgado e reflexos nas despesas financeiras decorrentes da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, conforme nota explicativa 2.2. No mesmo período de 2018, foram somadas despesas financeiras líquidas no montante de R\$ 16,6 milhões, incluindo as variações monetárias e cambiais favoráveis de R\$ 0,8 milhões.

Como consequência dos fatores mencionados acima, no primeiro trimestre de 2019, a Santher apresentou EBITDA de R\$ 48,0 milhões e lucro líquido de R\$ 22,1 milhões. No mesmo período do ano anterior, foi registrado EBITDA de R\$ 32,3 milhões e lucro líquido de R\$ 2,0 milhões.

R\$ milhões **	1T19	1T18	1T19 vs 1T18
	(A)	(B)	(A/B)
Receita Líquida (1)	376,1	356,6	5,5%
Lucro Bruto	115,7	119,8	-3,4%
Lucro Operacional	29,9	19,8	51,0%
Despesas Financeiras Líquidas	4,4	(17,4)	-125,3%
Variações Cambiais	(0,5)	0,8	-
Lucro Líquido do Período	22,1	2,0	1005,0%
EBITDA (2)*	48,0	32,3	48,8%
Margem EBITDA % (2/1)	12,8%	9,0%	3,7pp

* Calculado de acordo com instrução CVM 527/2012, conforme demonstrado no quadro a seguir.

** Os somatórios e percentuais podem não conferir devido aos arredondamentos.

Cálculo do EBITDA

R\$ milhões *	1T19	1T18
Resultado Antes do IR/CSLL	33,7	3,2
+ Despesas Financeiras	23,9	18,9
- Receitas Financeiras	(28,2)	(1,5)
+/- Variação Cambial	0,5	(0,8)
+ Depreciação	18,1	12,4
EBITDA	48,0	32,3

* Os somatórios podem não conferir devido aos arredondamentos.

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

A empresa investiu R\$ 3,5 milhões neste trimestre direcionados substancialmente ao parque fabril. No ano anterior foram investidos R\$ 4,7 milhões em igual período.

PERSPECTIVAS

Em 2019, a expectativa da Companhia é de que o ambiente econômico apresente sinais graduais da retomada da atividade econômica e que o preço da celulose e o câmbio se mantenham estáveis. Com continuidade e intensificação de iniciativas voltadas a contenção de despesas e aumento da produtividade, em conjunto com a manutenção dos preços praticados no final do ano de 2018, a Companhia projeta melhoria sensível nos resultados econômico-financeiros.

Notas Explicativas

ITR – Informações trimestrais

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

31 de março de 2019
com Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
 Balanços patrimoniais
 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/03/2019	31/12/2018		Nota	31/03/2019	31/12/2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.807	8.116	Empréstimos e financiamentos	13	52.472	55.418
Instrumentos financeiros	5	939	938	Fornecedores	14	302.997	330.424
Contas a receber	6	130.317	158.589	Debêntures	13	3.398	128
Estoques	7	127.903	119.358	Salários e encargos sociais	15	25.139	20.130
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	22.023	16.432	Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	12.350	6.125
Tributos a recuperar	8	50.406	50.406	Impostos a recolher e parcelados	16	18.165	8.934
Despesas do exercício seguinte	9	10.288	13.876	Passivo de arrendamento	2.2 e 17	11.746	-
Outros ativos	9	4.230	4.577	Provisões diversas	18	27.282	37.079
		350.913	372.292	Outras contas a pagar	19	31.379	34.092
						484.928	492.330
 Não circulante				 Não circulante			
Partes relacionadas - direitos creditórios	28	14.432	14.217	Empréstimos e financiamentos	13	383.524	391.472
Instrumentos financeiros	5	8.167	11.475	Debêntures	13	125.169	128.258
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	16.292	27.261	Passivo de arrendamento	2.2 e 17	128.218	-
Tributos a recuperar	8	180.531	131.556	Provisão para demandas judiciais	20	23.999	27.598
Depósitos compulsórios e judiciais	9	7.895	14.745	Impostos a recolher e parcelados	16	7.106	7.833
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	43.071	47.412			668.016	555.161
Outros ativos	9	3.000	3.932				
 Imobilizado	2.2, 11 e 17	553.533	426.989	 Patrimônio líquido			
Intangível	12	3.824	4.231	Capital social	22	52.658	52.658
		830.745	681.818	Reservas de reavaliação		34.653	35.294
				Ajuste de avaliação patrimonial		15.382	16.034
				Prejuízos acumulados		(73.979)	(97.367)
						28.714	6.619
 Total do ativo		<u>1.181.658</u>	<u>1.054.110</u>	 Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.181.658</u>	<u>1.054.110</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
 Demonstrações de resultados
 Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Receita líquida das vendas	23	376.055	356.608
Custo dos produtos vendidos	25	(260.362)	(236.784)
Lucro bruto		115.693	119.824
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	25	(82.220)	(81.480)
Gerais e administrativas	25	(19.363)	(16.638)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		17.812	(1.643)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato		(2.024)	(221)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		29.898	19.842
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	28.210	1.468
Despesas financeiras	26	(23.855)	(18.884)
Variações monetárias e cambiais	26	(533)	772
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		33.720	3.198
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21	(7.284)	(709)
Diferidos	21	(4.341)	(510)
Lucro líquido do período		22.095	1.979
Ações em circulação no final do período		16.918	16.918
Lucro líquido do período por ação - básico e diluído		1,31	0,12

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro líquido do período	22.095	1.979
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>22.095</u>	<u>1.979</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Reserva de reavaliação	Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Previamente divulgado)	52.658	31.675	18.333	(110.830)	(8.164)
Ajustes efetuados para retificação de erros, conforme nota explicativa 2.4	-	6.681	253	13.071	20.005
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Reapresentado)	52.658	38.356	18.586	(97.759)	11.841
Lucro líquido do período	-	-	-	1.979	1.979
Depreciação do custo atribuído ao imobilizado líquido dos efeitos tributários	-	-	(440)	440	-
Depreciação de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários	-	(604)	-	604	-
Saldos em 31 de março de 2018 (Reapresentado)	52.658	37.752	18.146	(94.736)	13.820
Saldos em 1º de janeiro de 2019	52.658	35.294	16.034	(97.367)	6.619
Lucro líquido do período	-	-	-	22.095	22.095
Depreciação do custo atribuído ao imobilizado líquido dos efeitos tributários	-	-	(652)	652	-
Depreciação de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários	-	(641)	-	641	-
Saldos em 31 de março de 2019	52.658	34.653	15.382	(73.979)	28.714

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixas
 Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	<u>22.095</u>	<u>1.979</u>
Ajustes		
Depreciação e amortização	18.103	12.426
Perda na alienação de ativo imobilizado	(148)	(68)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.024	221
Perda e provisão para perda de estoques	90	223
Provisões diversas	(9.797)	513
Imposto de renda e contribuição social	10.566	1.219
Provisão para demandas judiciais	(3.599)	(24)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	16.171	14.525
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outras contas	<u>(19.954)</u>	<u>(506)</u>
	35.551	30.508
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	26.491	(37.594)
Estoques	(8.635)	9.534
Tributos a recuperar	(16.565)	(1.433)
Outros ativos	11.718	(2.167)
Fornecedores	(27.358)	4.326
Salários e encargos sociais	5.009	3.363
Impostos a recolher e parcelados	6.427	4.456
Outros passivos	<u>(2.092)</u>	<u>2.409</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais antes dos juros pagos	30.546	13.402
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.565)	(9.963)
Juros pagos sobre outras contas	(5.739)	(2.704)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>11.242</u>	<u>735</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(3.466)	(4.663)
Aquisição de certificado de depósito bancário	(5.267)	(6.500)
Liquidação de certificado de depósito bancário	8.812	11.606
Liquidação de instrumentos financeiros	-	(742)
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades de investimentos	<u>79</u>	<u>(299)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.979)	(25.035)
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.660	15.828
Amortização de passivo de arrendamento	(1.311)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	<u>(14.630)</u>	<u>(9.207)</u>
Consumo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.309)</u>	<u>(8.771)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.116	10.605
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.807	1.834
Consumo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.309)</u>	<u>(8.771)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
 Demonstrações dos valores adicionados
 Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas		
Venda bruta de produtos	479.552	452.602
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.024)	(221)
Devoluções e cancelamentos	(5.793)	(5.482)
Outras receitas	508	(266)
	472.243	446.633
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos	(180.330)	(166.237)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(111.597)	(101.826)
	(291.927)	(268.063)
Valor adicionado bruto	180.316	178.570
Depreciação e amortização	(18.103)	(12.426)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	162.213	166.144
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	28.210	1.468
Valor adicionado total a distribuir	190.423	167.612
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	43.150	40.448
Remuneração direta	33.954	31.393
Benefícios	6.731	6.543
FGTS	2.465	2.512
Impostos, taxas e contribuições	100.674	100.227
Federais	46.026	31.961
Estaduais	54.333	67.988
Municipais	315	278
Juros e aluguéis	24.504	24.958
Juros, variações cambiais e monetárias	22.802	18.045
Aluguéis	1.702	6.913
Lucro líquido do período	22.095	1.979
Valor adicionado distribuído	190.423	167.612

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

a) Objeto social, produtos e marcas

A Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. ("Companhia") foi fundada em 1938, é uma sociedade anônima de capital aberto 100% nacional, tem sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a produção e comercialização das linhas de produtos apresentadas abaixo:

Produtos de consumo - compreendem as seguintes linhas de produtos e respectivas marcas, comercializadas no mercado varejista, atacadista e por distribuidores: Papel Higiênico - Personal, Personal VIP e Charme; Papel Toalha - Snob; Guardanapo - Snob, Snob Gala e Santepel; Lenço de Papel - Kiss; Lenço Umedecido - Kiss Refresh, Sym e Personal Baby; Absorvente e Protetor Íntimo - Sym e Fralda Descartável Infantil - Personal Baby.

Demais negócios - compreendem a linha "Professional", que é composta por papéis destinados ao segmento de uso corporativo, como indústrias, escritórios, bares e restaurantes, hotéis, shopping centers, entre outros, comercializados através de distribuidores e representantes por meio das marcas Inovatta e Eco. A linha Professional também contempla a instalação de *dispensers* específicos para cada aplicação (papel toalha e higiênicos em bobina e interfolhados) e a comercialização de uma linha completa de sabonetes cosméticos, desenvolvidos especificamente para esse mercado, bem como álcool gel e antissépticos e nessa unidade de negócios são considerados também os papéis especiais que têm diversas aplicações na indústria, principalmente, no uso de embalagens flexíveis.

O atual parque industrial é composto por três unidades fabris em operação nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul:

- Unidade Fadlo Haidar (UFH) (Bragança Paulista - SP) - dedica-se à fabricação de papel e conversão em papéis higiênicos, toalhas, lenços e guardanapos, fraldas, absorventes e protetores íntimos, bem como do mix completo da linha Professional.
- Unidade da Penha (UP) (São Paulo - SP) - dedica-se à fabricação de papel, inclusive especiais.
- Unidade de Guaíba (UG) (Guaíba - RS) - dedica-se à fabricação de papeis especiais. A distribuição dos produtos em escala nacional ocorre através (i) do seu novo Centro de Distribuição, adjacente a sua principal unidade fabril UFH, localizada em Bragança Paulista, SP, e (ii) de depósito localizado em Alhandra, PB, e (iii) de filiais e distribuidores em diferentes estados.

b) Posição patrimonial, financeira e planos da Administração

A Administração tem envidado esforços contínuos para melhorar os resultados e a liquidez da Companhia, dentre os quais se destacam as seguintes ações:

- (i) Em janeiro de 2018, a Santher concluiu processo de negociação de reperfilamento da sua dívida com oito dos principais bancos que operam no mercado financeiro brasileiro e que respondem por cerca de 90% do endividamento da Companhia que culminou no

Notas Explicativas

alongamento da dívida de forma bastante relevante.

- (ii) Durante o terceiro trimestre de 2018, a Companhia concluiu negociações importantes relacionadas ao fornecimento de matérias primas, garantindo a ampliação dos limites de crédito e aumento dos descontos e, conseqüentemente, trazendo melhorias em seu capital de giro.
- (iii) Em 2019, a expectativa da Companhia é de que o preço da celulose e o câmbio se mantenham estáveis. Com continuidade e intensificação de iniciativas voltadas a contenção de despesas e aumento da produtividade, em conjunto com a manutenção dos preços praticados no final do ano de 2018, a Companhia projeta melhoria sensível nos resultados econômico-financeiros.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, divulgadas em 29 de março de 2019. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios e períodos apresentados.

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Accounting Standard* ("IAS") 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - CPC 21 (R1).

As presentes informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas à publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de maio de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Mudanças nas principais políticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas informações contábeis intermediárias são as mesmas aplicadas nas últimas demonstrações financeiras anuais.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as informações contábeis intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem prospectiva, na qual os efeitos da adoção inicial é reconhecido apenas nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2019 em diante. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

(a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos que foram previamente identificados como arrendamentos.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de imóveis nas quais é um arrendatário, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

(b) Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para imóveis e equipamentos de produção os quais se enquadram às exigências da norma em questão, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, de curto prazo e aqueles que não se enquadram nos conceitos de um ativo identificado (por exemplo, equipamentos de TI, celulares, pagers, pequenos equipamentos e pallets). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade de investimento como "imobilizado", apresentando-os em linha separada dos ativos de mesma natureza que são de sua propriedade para melhor visualização por parte dos interessados à essas informações contábeis intermediárias. A Companhia não possui ativos de direito de uso que atendem à definição de propriedade para investimento. Os valores contábeis dos ativos de direito de uso são os seguintes:

	Imóveis	Equipamentos	Total Direito de Uso de Ativo
Em 1º de janeiro de 2019	136.803	3.823	140.626
Em 31 de março de 2019	132.949	3.140	136.089

A Companhia apresenta os passivos no balanço patrimonial na rubrica de Passivos de arrendamento.

(i) *Políticas contábeis significativas*

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia aplicou as condições estabelecidas contratualmente para determinar o prazo de arrendamento dos contratos.

(ii) *Transição*

Anteriormente, a Companhia classificava arrendamentos de imóveis e equipamentos de produção como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Esses arrendamentos incluem as instalações de depósito e fábrica.

Alguns arrendamentos são ajustados por índices inflacionários, como IGP-M ou IPCA. Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao seu valor contábil com a aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 na data da adoção inicial de 1º de janeiro de 2019, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial – a Companhia aplicou esta abordagem ao seu maior arrendamento de imóvel e equipamentos de produção.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16

Notas Explicativas

aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/IAS 17:

- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- Utilizou o prazo estabelecido contratualmente para cada arrendamento.

(c) Como arrendador

A Companhia não possui operações com essa natureza.

(d) Impacto nas informações contábeis intermediárias

(i) *Impacto na transição*

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo:

	1º de janeiro de 2019
Ativos de direito de uso apresentados no ativo imobilizado	140.626
Passivo de arrendamento	140.626

(ii) *Impactos no período*

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 136.089 de ativos de direito de uso apresentados no ativo imobilizado e R\$ 139.964 de passivos de arrendamento em 31 de março de 2019.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 4.537 de depreciação e R\$ 4.775 de juros destes arrendamentos.

2.3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor

Notas Explicativas

que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.4. Reapresentação dos valores correspondentes

Durante o exercício de 2018, a Companhia identificou inconsistências no cálculo dos encargos com depreciação oriundas das premissas incorretas utilizadas na adoção inicial dos CPCs/IFRSs em 2010, quando foram estabelecidas novas taxas de vida útil remanescentes aos ativos imobilizados por meio de laudo de uma empresa especializada.

As inconsistências se devem ao fato de que as novas vidas úteis continuaram a ser aplicadas sobre a base do custo de aquisição integral, sem levar em consideração o saldo residual existente na data de adoção gerando uma aceleração dos encargos com depreciação.

Em decorrência desse assunto, a Administração da Companhia realizou um extenso trabalho de revisão do cálculo dos encargos com depreciação e contratou uma consultoria especializada para validação das premissas e valores apurados.

Adicionalmente, em novembro de 2016, a Companhia decidiu paralisar as atividades na unidade de Governador Valadares/MG, bem como os encargos de depreciação daquela unidade a partir daquele momento, tendo em vista que havia a intenção de venda da referida planta. Como tal intenção não se materializou, a Companhia deveria ter retomado o reconhecimento dos encargos com depreciação, o que não ocorreu a partir daquele exercício e, por essa razão, estão também sendo objeto de reapresentação nessas informações contábeis intermediárias.

Devido aos assuntos acima mencionados, os saldos de abertura da demonstração das mutações do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018 e o saldo de 31 de março de 2018 estão sendo reapresentados para correção dos devidos assuntos, apresentados a seguir:

	Capital social realizado	Reserva de reavaliação	Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Previamente divulgado)	52.658	31.675	18.333	(110.830)	(8.164)
Ajustes efetuados para retificação de erros	-	6.681	253	13.071	20.005
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Reapresentado)	<u>52.658</u>	<u>38.356</u>	<u>18.586</u>	<u>(97.759)</u>	<u>11.841</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	1.979	1.979
Depreciação do custo atribuído ao imobilizado líquido dos efeitos tributários	-	-	(440)	440	-
Depreciação de itens reavaliados líquido dos efeitos tributários	-	(604)	-	604	-
Saldos em 31 de março de 2018 (Reapresentado)	<u>52.658</u>	<u>37.752</u>	<u>18.146</u>	<u>(94.736)</u>	<u>13.820</u>

Notas Explicativas

3. Estimativas e premissas contábeis críticas e de valor justo

Na elaboração das informações contábeis intermediárias é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem entre outros:

(a) Julgamentos:

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Nota explicativa 6 – Contas a receber: Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (determinação sobre a existência de uma perda ao seu valor recuperável).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- (ii) Nota explicativa 7 – Estoques (determinação sobre a existência de perda ao seu valor realizável líquido):

A Companhia realiza mensalmente uma avaliação das perdas nos estoques adotando o critério de estoques descontinuados, baixo giro ou com custo superior ao valor realizável líquido.

Notas Explicativas

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(iii) Nota explicativa 11 e 12 – Imobilizado e intangível (determinação do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e valor em uso):

O valor residual e prazos de depreciação e amortização de ativos imobilizado e intangível são revisados anualmente pela área técnico-operacional e consultores externos, levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

(iv) Nota explicativa 20 – Provisões para demandas judiciais (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos):

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas no resultado em despesas gerais e administrativas, quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante for estimável com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(v) Nota explicativa 21 – Imposto de renda e contribuição social diferidos (determinação de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social possam ser utilizados):

Os ativos e passivos diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social entre valores contábeis e base fiscal, registradas provisões por conta de situações em que uma perda é esperada por conta de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros suficientes para suportar os valores registrados.

Nos termos do CPC 32 e IAS 12 o saldo de ativos fiscais diferidos será compensado em período de até dez anos, e uma perda é reconhecida se o valor presente do lucro

Notas Explicativas

tributável projetado nesse período não for suficiente para recuperar o saldo mantido na data-base, pelo valor da diferença. As projeções realizadas pela Administração da Companhia utilizam premissas e índices disponíveis por ocasião da elaboração das informações contábeis intermediárias e são fundamentadas no seu Plano de Negócios; e

- (vi) Nota explicativa 29 – Gestão de capital, risco financeiro e instrumentos financeiros (classificação, mensuração e determinação de valores justos):

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio da combinação de informações e dados disponíveis no mercado e de metodologias próprias de avaliações, selecionadas a partir de julgamentos visando produzir o valor de realização mais adequado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas contábeis poderá resultar em variações em relação aos valores estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano, e na avaliação mais recente da Companhia as estimativas e premissas contábeis adotadas se mostravam suficientes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	4.807	8.116
Total	4.807	8.116

5. Instrumentos financeiros

A composição dos saldos é como segue:

	Ativo	
	31/03/2019	31/12/2018
Ações (a)	932	932
Instrumentos dolarizados	-	-
Certificados de depósitos bancários	7	6
Instrumentos financeiros		
<i>Swap</i> de câmbio	-	-
Circulante	939	938
Certificados de depósitos bancários	8.167	11.475
Não circulante	8.167	11.475
Total	9.106	12.413

(a) Ações do Banco Santander – SANB3 ON e SANB4 PN.

As aplicações financeiras referem-se a montantes de alta liquidez e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de

Notas Explicativas

mudança de valor. Essas aplicações referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, com remuneração de 99,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, sendo que parte substancial desses valores são mantidos como garantias dadas por conta de empréstimos captados pela Companhia.

6. Contas a receber

A composição dos saldos é como segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Cientes no país	118.232	148.274
Cientes no exterior	27.056	23.263
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(14.971)	(12.948)
Total	130.317	158.589
A vencer	111.818	134.639
30 dias	55.338	73.646
60 dias	49.826	57.342
90 dias	5.242	3.504
180 dias	1.412	147
Vencidos até	33.470	36.898
30 dias	8.714	8.661
60 dias	642	1.293
90 dias	646	538
180 dias	2.754	4.025
(+) 180 dias	20.714	22.381
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(14.971)	(12.948)
Total	130.317	158.589

As movimentações na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber ("PCLD") da Companhia são as seguintes:

Em 1º de janeiro de 2018	12.209
(+) Adições	934
(-) Baixas	(195)
Em 31 de dezembro de 2018	12.948
(+) Adições	2.023
(-) Baixas	-
Em 31 de março de 2019	14.971

A Companhia tem como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando o critério de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, sendo substancialmente os títulos vencidos acima de 90 dias, exceto aqueles amparados por garantias, deduzidos por devoluções em trânsito, e a totalidade dos títulos de clientes concordatários e falidos, ponderando as chances e evidências de negociação.

Notas Explicativas

Para atender aos requisitos do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros de perdas esperadas, a Companhia realizou um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo para os recebíveis a vencer e vencidos até 90 dias, observando a evolução das faixas de vencimento e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento e concluiu que não há efeitos de perdas de créditos esperadas significativas e alterações substanciais nas informações contábeis intermediárias em relação ao que já é adotado e praticado pela Companhia, principalmente, em função do rígido mecanismo de análise de liquidez de seus clientes.

Os saldos a receber das grandes redes de varejo têm contrapartida em provisões para acordos contratuais, liquidados periodicamente, inclusive via abatimentos (vide nota explicativa 18 – provisões diversas), e nesse caso, nenhuma provisão para perdas com crédito desses clientes foi constituída.

A Administração da Companhia entende que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pela sua composição diluída, e considera a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber suficiente para cobrir eventuais perdas sobre valores a receber em aberto.

Há operações de capital de giro que possuem garantias parciais de recebíveis, apresentados na rubrica "Empréstimos e financiamentos" e no passivo circulante (Nota explicativa 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures). O montante total dado em garantia nessas operações é de R\$ 63.476 no período findo em 31 de março de 2019 (R\$ 61.933 em 31 de dezembro de 2018).

7. Estoques

	31/03/2019	31/12/2018
Produtos acabados	72.913	60.604
Matérias-primas	18.024	24.099
Materiais auxiliares e componentes	4.864	6.153
Material em poder de terceiros	8.527	4.088
Materiais intermediários	3.969	4.476
Importações em andamento	3.243	3.669
Almoxarifado	14.424	14.153
Material para revenda	3.679	3.771
Outros	615	611
Provisão para perda nos estoques	(2.355)	(2.266)
Total	127.903	119.358

Notas Explicativas

As movimentações na provisão para perda nos estoques são as seguintes:

Em 1º de janeiro de 2018	2.377
(+) Adições	555
(-) Baixa/estornos	(666)
Em 31 de dezembro de 2018	2.266
(+) Adições	469
(-) Baixa/estornos	(380)
Em 31 de março de 2019	2.355

Parte dos estoques foi dado em garantia nas operações de fornecimento de matéria prima. Em contrapartida a Companhia obteve ampliação do limite de crédito e descontos adicionais. O valor total dos estoques dados em garantia foi de R\$ 36.000 em 31 de março de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

8. Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social

	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) (ii)	30.943	36.137
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (ii)	7.372	7.556
Total imposto de renda e contribuição social	38.315	43.693
Circulante	22.023	16.432
Não circulante	16.292	27.261
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i)	61.832	58.243
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (v)	119.141	80.286
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	56	96
REINTEGRA - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras	2.129	2.100
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) (iv)	29.959	23.674
Contribuições previdenciárias (INSS) (iii)	14.349	14.092
Outros	3.471	3.471
Total tributos a recuperar	230.937	181.962
Circulante	50.406	50.406
Não circulante	180.531	131.556

- (i) (a) Créditos ICMS sobre bonificações concedidas incondicionalmente cujo valor atualizado perfaz o montante de R\$ 19.959. Diante do atual posicionamento do STF e do STJ, as bonificações incondicionalmente concedidas podem ser excluídas das bases de cálculo do ICMS (Súmula nº 457 do STJ). (b) Créditos extemporâneos no montante de R\$ 20.573 referentes a recuperação de valores de ICMS recolhidos indevidamente sobre descontos incondicionais concedidos aos clientes. (c) O saldo remanescente de R\$ 21.300 se refere a créditos de ICMS como resultado das operações normais da Companhia, tais como CIAP e incentivo fiscal ICMS garantido do Estado da Paraíba.
- (ii) Inclui o montante de R\$18.751 referente a créditos de IRPJ e CSLL oriundos dos efeitos da inflação expurgada dos índices de correção monetária do balanço no período compreendido entre 1989 e 1994, o Plano Verão - Lei nº 8.200/91, com base no ganho da ação transitado em julgado no dia 12 de novembro de 2014. O saldo remanescente de R\$ 19.564 se refere a IRPJ e CSLL a restituir de anos anteriores (antecipação de imposto).
- (iii) O saldo demonstrado refere-se a: (a) créditos extemporâneos de INSS sobre cooperativas no montante de R\$ 319; (b) INSS Previdenciário oriundos de processo judicial que questiona a incidência da contribuição social sobre algumas verbas pagas na folha de pagamento, que não se destinam a "retribuir o trabalho", como determina artigo 22, I, da Lei nº 8.212/1991, no montante de R\$ 9.680; (c) o montante de R\$ 3.714 se refere à exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a

Notas Explicativas

receita bruta (CPRB), que foi constituído com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, considerando decisão recente proferida pelo STF (recurso extraordinário nº 574.706), que esclareceu o conceito de faturamento bruto; (d) redução do % do INSS RAT de acordo com CBO (Código Brasileiro de Ocupação) da Unidade Penha que resultou em créditos no montante de R\$ 561 e outros créditos no valor de R\$ 75.

- (iv) Inclui (a) o reconhecimento de créditos extemporâneos no montante de R\$ 9.045 oriundos de IPI sobre bonificações concedidas incondicionalmente recolhidos de 2002 a 2018 cuja ação judicial transitou em julgado em 2018; (b) créditos extemporâneos no montante de R\$ 1.099 referente a recuperação de valores de IPI recolhidos indevidamente sobre descontos incondicionais concedidos aos clientes; (c) o saldo remanescente de R\$ 19.816 se refere a créditos de IPI como resultado das operações normais da Companhia.
- (v) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, substancialmente, (a) aos créditos decorrentes da desoneração de PIS e COFINS sobre o papel higiênico, que passou a vigorar a partir de 8 de março de 2013, por meio da MP nº 609/2013, convertida na Lei nº 12.839/2013; (b) créditos extemporâneos no montante de R\$ 4.080, recolhidos indevidamente sobre descontos incondicionais concedidos aos clientes; e (c) seguindo orientação de seus assessores jurídicos, considerando a melhor estimativa, a Companhia reconheceu em março de 2019 créditos extemporâneos de ação transitada em julgado em janeiro de 2019 referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R\$ 43.064, sendo R\$ 19.911 como principal registrados no resultado na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" e R\$ 23.153 de atualização monetária registrada no resultado na linha de "Receitas financeiras".

9. Despesas do exercício seguinte, outros ativos e depósitos compulsórios e judiciais

A Companhia tem registrado como outros ativos, créditos e valores os seguintes saldos:

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Despesas do exercício seguinte (i)	10.288	13.876
Outros ativos circulantes (ii)	4.230	4.577
Não circulante		
Depósitos compulsórios e judiciais (iii)	7.895	14.745
Outros ativos não circulantes (iv)	3.000	3.932

- (i) Basicamente prêmio de seguros no montante de R\$ 7.403 (R\$ 9.194 em 31 de dezembro de 2018), frete de transferência entre depósitos R\$ 1.438 (R\$ 1.133 em 31 de dezembro de 2018), e despesas com assistência médica, IPTU, IPVA e aluguéis registrados antecipadamente de R\$ 1.447 (R\$ 3.549 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Adiantamentos a funcionários, créditos de devoluções de compras e indenizações a receber por sinistros no montante de R\$ 1.468 (R\$ 2.207 em 31 de dezembro de 2018). O saldo remanescente está pulverizado em diversas transações que não possuem saldo individualmente relevantes.
- (iii) Principalmente depósitos recursais de reclamações trabalhistas e judiciais vinculados a contingências previdenciárias (INSS) no montante de R\$ 7.796 (R\$ 13.262 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Indenização contratual a receber no montante de R\$ 3.000 (R\$ 3.932 em 31 de dezembro de 2018).

10. Investimentos

A Companhia mantém investimentos societários na controlada denominada Santher Argentina S.A. ("controlada"), sociedade de capital fechado, localizada na Argentina, que se encontra inativa e em fase de liquidação, até que se realizem seus créditos tributários.

Devido à baixa materialidade dos saldos e volume de transações realizadas pela controlada nos últimos exercícios, a Companhia não vem consolidando as informações financeiras da controlada nessas informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras anuais. A Administração entende que a consolidação das informações financeiras da controlada não traz

Notas Explicativas

nenhuma mudança substancial no entendimento e leitura dos usuários das demonstrações financeiras sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, uma vez que a controlada está em fase de dissolução e possui saldos irrelevantes no contexto dessas informações contábeis intermediárias tomadas como um todo.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo do investimento se encontra zerado, em decorrência do passivo a descoberto. No período findo em 31 de março de 2019, a controlada não apresentou variação na sua posição patrimonial e financeira. Conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, não existem riscos de demandas judiciais e contingências ou qualquer outro aspecto que requeiram novas provisões para cobertura de responsabilidades societárias relacionadas à controlada com efeito relevante nessas demonstrações financeiras.

11. Imobilizado

A movimentação dos saldos do imobilizado está apresentada a seguir:

	Taxa % a.a.		2019 (-) Depreciação	Líquido	2018 Líquido
		Custo			
Terrenos	-	36.793	-	36.793	36.793
Edificações e benfeitorias	42	110.418	(30.693)	79.725	80.406
Máquinas e equipamentos	15	663.963	(410.161)	253.802	261.698
Instalações	10	88.556	(61.995)	26.561	28.326
Equipamentos de informática	5	15.504	(12.326)	3.178	3.497
Veículos	6	2.835	(2.532)	303	316
Móveis e utensílios	12	13.779	(10.551)	3.228	3.429
Dispensers	3	49.381	(39.027)	10.354	9.835
Direito de uso do ativo – CPC 06 (R2)/IFRS 16*		140.626	(4.538)	136.088	-
Total em operação		1.121.855	(571.823)	550.032	424.300
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento	-	3.501	-	3.501	2.689
Total		1.125.356	(571.823)	553.533	426.989

*Conforme nota explicativa 2.2. Mudanças das principais políticas contábeis.

Movimentação do custo	31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2019
Terrenos	36.793	-	-	-	36.793
Edificações e benfeitorias	110.418	-	-	-	110.418
Máquinas e equipamentos	663.261	-	-	702	663.963
Instalações	88.364	-	-	192	88.556
Equipamentos de informática	15.482	-	-	22	15.504
Veículos	2.835	-	-	-	2.835
Móveis e utensílios	13.775	-	-	4	13.779
Dispensers	48.037	1.675	(331)	-	49.381
Direito de uso do ativo – CPC 06 (R2)/IFRS 16*	-	140.626	-	-	140.626
Total em operação	978.965	142.301	(331)	920	1.121.855
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento	2.689	1.732	-	(920)	3.501
Total	981.654	144.033	(331)	-	1.125.356

*Conforme nota explicativa 2.2. Mudanças das principais políticas contábeis.

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação	31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2019
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	(30.012)	(681)	-	-	(30.693)
Máquinas e equipamentos	(401.563)	(8.598)	-	-	(410.161)
Instalações	(60.038)	(1.957)	-	-	(61.995)
Equipamentos de informática	(11.985)	(341)	-	-	(12.326)
Veículos	(2.519)	(13)	-	-	(2.532)
Móveis e utensílios	(10.346)	(205)	-	-	(10.551)
Dispensers	(38.202)	(1.304)	479	-	(39.027)
Direito de uso do ativo – CPC 06 (R2)/IFRS 16*	-	(4.538)	-	-	(4.538)
Total em operação	(554.665)	(17.637)	479	-	(571.823)
Total	(554.665)	(17.637)	479	-	(571.823)

*Conforme nota explicativa 2.2. Mudanças das principais políticas contábeis.

Movimentação do custo	01/01/2018	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2018
Terrenos	36.793	-	-	-	36.793
Edificações e benfeitorias	110.398	-	-	20	110.418
Máquinas e equipamentos	627.003	-	-	36.258	663.261
Instalações	84.859	-	-	3.505	88.364
Equipamentos de informática	15.088	-	(8)	402	15.482
Veículos	2.835	-	-	-	2.835
Móveis e utensílios	13.753	-	-	22	13.775
Dispensers	43.691	5.175	(829)	-	48.037
Total em operação	934.420	5.175	(837)	40.207	978.965
Adiantamento a fornecedores e imobilizações em andamento	2.970	39.926	-	(40.207)	2.689
Total	937.390	45.101	(837)	-	981.654

Movimentação da depreciação	01/01/2018	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2018
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	(27.297)	(2.715)	-	-	(30.012)
Máquinas e equipamentos	(367.635)	(33.928)	-	-	(401.563)
Instalações	(52.459)	(7.579)	-	-	(60.038)
Equipamentos de informática	(10.501)	(1.484)	-	-	(11.985)
Veículos	(2.464)	(55)	-	-	(2.519)
Móveis e utensílios	(9.439)	(907)	-	-	(10.346)
Dispensers	(34.324)	(5.071)	1.193	-	(38.202)
Total em operação	(504.119)	(51.739)	1.193	-	(554.665)
Total	(504.119)	(51.739)	1.193	-	(554.665)

Em 31 de março de 2019, o saldo de imobilizações em andamento totalizou R\$ 3.501 (R\$ 2.689 em 31 de dezembro de 2018) e refere-se basicamente a projetos industriais, com expectativa de entrarem em operação ao longo dos próximos meses.

Conforme fundamentado na nota explicativa 2.17 – Recuperação de ativos não financeiros das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou a existência de indicadores que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima dos valores recuperáveis. Dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida, tampouco se observou necessidade de reavaliar os aspectos relacionados a *impairment* nessas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos conforme descrito na nota explicativa 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

As atividades da unidade fabril localizada em Governador Valadares no estado de Minas Gerais foram encerradas em novembro de 2016 e o valor residual dos ativos imobilizados correspondentes totalizam R\$ 42.904 em 31 de março de 2019 (R\$ 44.483 em 31 de dezembro de 2018). Baseada em laudo de avaliação de consultores independentes, a Administração não prevê nenhum impacto no valor recuperável de tais ativos da Companhia, uma vez que o valor justo menos despesas para venda dos referidos bens é superior ao seu valor contábil residual na data dessas informações contábeis intermediárias, sendo que nenhum indicativo de perda foi identificado.

12. Intangível

O saldo é composto basicamente por softwares que são amortizados pela taxa média ponderada de 25% a.a. A composição do saldo e a movimentação entre 1º de janeiro e 31 de março de 2019 estão apresentadas a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.446
Adições	1.576
Amortizações	(1.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.231
Adições	59
Amortizações	(466)
Saldo em 31 de março de 2019	3.824

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Taxas médias anuais dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros anuais - média ponderada - % a.a. em 31 de março de 2019	31/03/2019	31/12/2018
Moeda nacional			
Capital de giro	Pós-fixada média de CDI + 2,34%	278.158	286.683
Mútuo com partes relacionadas (nota 27)	Pós-fixada média de CDI + 2,00%	24.661	22.297
Finame (Repasse BNDES)	Pré-fixada média 6,00%	415	726
Leasing	Pré-fixada média de 13,51%	-	620
Moeda estrangeira			
Financiamento de importação	Pós-fixada média Libor + 2,77%	4.691	4.656
Exportação - Pré-pagamento/ACC (juros em US\$)	Pós-fixada média Libor + 2,77% / Pré-fixada média de 8,17%	128.071	131.908
Total		435.996	446.890

Notas Explicativas

Circulante	52.472	55.418
Não circulante	383.524	391.472

Os saldos contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reais	303.234	310.327
Dólares americanos	<u>132.762</u>	<u>136.563</u>
Total	<u>435.996</u>	<u>446.890</u>

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	<u>31/03/2019</u>
2020 (a partir de 1º de abril)	35.241
2021	39.087
2022	<u>309.196</u>
Total	<u>383.524</u>

No período findo em 31 de março de 2019, o saldo devedor de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 279.673 (R\$ 278.377 em 31 de dezembro de 2018) está garantido por terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos.

A Companhia tem parte de seus passivos financeiros vinculados a contratos com cláusulas restritivas (*covenants*), também aplicáveis às debêntures, pelos quais está obrigada à manutenção de limites de alguns índices financeiros, cujo descumprimento pode resultar, a critério dos respectivos credores, após notificação, no vencimento antecipado e a consequente reclassificação para o curto prazo das parcelas de longo prazo das respectivas obrigações. Os *covenants* financeiros são avaliados pela Administração e reportados trimestralmente às instituições credoras de acordo com os respectivos contratos, sendo os principais os seguintes:

- (i) Dívida bruta total/EBITDA e EBITDA/despesa financeira bruta, sendo que cada índice não pode ser descumprido por dois trimestres consecutivos;
- (ii) Dívida bruta total/patrimônio líquido ajustado (excluindo prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2017) e liquidez corrente, sendo que estes índices não podem ser descumpridos por dois trimestres consecutivos de forma concomitante.

Debêntures

Em 2012, a Companhia captou recursos por meio da distribuição da 6ª emissão de debêntures nos termos da Instrução CVM nº 476/09 com as seguintes características:

	<u>Série</u>	<u>Emissão</u>	<u>Montante R\$</u>
6ª emissão	Única	15 de junho de 2012	195.000

Notas Explicativas

Foram emitidas 195 debêntures simples na 6ª emissão, não conversíveis em ações da emissora, de espécie com garantia real.

A composição dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Debêntures	130.812	130.812
Juros a pagar	128	128
Custo de transação	(2.373)	(2.554)
Total	<u>128.567</u>	<u>128.386</u>
Circulante	3.398	128
Não circulante	125.169	128.258

Os vencimentos das debêntures classificadas no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	<u>31/03/2019</u>
2020 (a partir de 1º de abril)	9.737
2021	12.826
2022	102.606
Total	<u>125.169</u>

No período findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor de debêntures estava garantido por terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos.

Existem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), as quais o descumprimento pode ocasionar o vencimento antecipado das debêntures, sendo a seguir apresentados os principais indicadores financeiros:

- (i) Dívida bruta total/EBITDA e EBITDA/despesa financeira bruta, sendo que cada índice não pode ser descumprido por dois trimestres consecutivos;
- (ii) Dívida bruta total/patrimônio líquido ajustado (excluindo prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2017) e liquidez corrente, sendo que estes índices não podem ser descumpridos por dois trimestres consecutivos de forma concomitante.

b) Garantias adicionais concedidas em função das dívidas reestruturadas em janeiro de 2018:

- Alienação fiduciária do imóvel, de propriedade da Qualyservice Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ("Qualyservice"), no qual se localiza o Centro de Distribuição de Bragança Paulista, SP;
- Alienação fiduciária de equipamentos de propriedade da Qualyservice, situados no Centro de Distribuição de Bragança Paulista, SP, a qual terá como condição suspensiva a quitação integral do financiamento destes equipamentos com recursos do BNDES - linha FINAME ("FINAME"); e

Notas Explicativas

- Alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Santher, representantes de 20% (vinte por cento) do seu capital social, de titularidade do SOL - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

c) Os fluxos de pagamentos futuros do principal e juros da dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

	Valor Dívida	Moeda		Até 12 Meses	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	431.801	R\$	Principal	41.337	47.577	51.920	307.526	448.360
			Juros	42.949	43.391	38.425	38.474	163.239
				84.286	90.968	90.345	346.000	611.599
Empréstimos e Financiamentos	132.762	USD	Principal	13.931	12.718	16.476	94.808	137.933
			Juros	7.488	8.006	7.160	4.332	26.986
				21.419	20.724	23.636	99.140	164.919
Total	564.563			105.705	111.692	113.981	445.140	776.518

d) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	31 de dezembro de 2018	Fluxo de caixa				Variação não monetária		31 de março de 2019
		Adição	Pagamentos	Juros pagos	Transferências	Efeito de taxa de câmbio	Juros provisionados	
Circulante								
Empréstimos	55.418	9.704	(24.777)	(10.936)	12.235	(87)	10.915	52.472
e financiamentos	128	-	-	(2.629)	3.270	-	2.629	3.398
Debêntures	55.546	9.704	(24.777)	(13.565)	15.505	(87)	13.544	55.870
Não circulante								
Empréstimos	391.472	1.956	(202)	-	(12.416)	696	2.018	383.524
e financiamentos	128.258	-	-	-	(3.089)	-	-	125.169
Debêntures	519.730	1.956	(202)	-	(15.505)	696	2.018	508.693
	575.276	11.660	(24.979)	(13.565)	-	609	15.562	564.563

14. Fornecedores

	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	296.286	326.768
Fornecedores estrangeiros	6.711	3.656
Total	302.997	330.424

O saldo de fornecedores nacionais contempla substancialmente a compra de matéria-prima (celulose e aparas).

Notas Explicativas

15. Salários e encargos

A Companhia tem registrado como salários e encargos sociais os seguintes saldos:

	31/03/2019	31/12/2018
13º salário	2.568	-
Férias	12.940	12.899
FGTS	638	-
INSS	3.181	3.747
Participação nos lucros e resultados – PLR (i)	3.100	-
Abono indenizatório (ii)	1.545	1.519
Outros	1.167	1.965
	25.139	20.130

- (i) O programa de PLR é homologado pelo sindicato e atende à legislação previdenciária. O saldo refere-se à provisão do PLR do período de 3 meses de 2019. A inexistência de saldo em 31 de dezembro de 2018 se deve ao fato de que a Companhia não atingiu os gatilhos necessários para que o PLR fosse pago aos seus colaboradores, revertendo a provisão contra o resultado daquele exercício.
- (ii) Valor anual previsto no acordo coletivo homologado pelo sindicato a ser pago aos colaboradores até o nível hierárquico de supervisão.

16. Impostos a recolher e parcelados e imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)	8.953	4.468
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	3.397	1.657
Total de imposto de renda e contribuição social	12.350	6.125
Impostos parcelados		
Parcelamento da Lei nº 11.941 (REFIS)	85	148
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i)	6.659	2.684
Parcelamento previdenciário (INSS) (ii)	7.844	8.345
Subtotal	14.588	11.177
Impostos correntes		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	8.387	3.928
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	40	63
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.008	1.158
Outros	1.248	441
Subtotal	10.683	5.590
Total impostos a recolher e parcelados	25.271	16.767
Circulante	18.165	8.934
Não circulante	7.106	7.833

- (i) Refere-se ao parcelamento ordinário de ICMS não inscrito em dívida ativa da União.
- (ii) Refere-se ao parcelamento previdenciário de INSS.

O montante do benefício fiscal sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS),

Notas Explicativas

apurado nas vendas pelo depósito localizado no Estado da Paraíba e Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA), foi de R\$ 1.749 em 31 de março de 2019 (R\$ 2.512 em 31 de março de 2018) e registrados diretamente no resultado do período na rubrica de "outras deduções de vendas" vide nota explicativa 22 – receita líquida de vendas.

17. Passivo de arrendamento

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrará a despesa no resultado do período ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

b) Composição dos saldos e movimentação

Ativo de direito de uso

Saldo em 31/12/2018	-
(+) Adição	140.626
(-) Depreciação	(4.537)
Saldo em 31/03/2019	136.089

Classificação da depreciação do ativo de direito de uso na demonstração do resultado

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a Companhia reconheceu no custo de mercadorias e serviços vendidos o montante de R\$ 330, nas despesas com vendas o montante de R\$ 2.906 e despesas administrativas o montante de R\$ 1.301 referentes à depreciação do ativo de direito de uso nas informações contábeis intermediárias.

Passivo de arrendamento

Saldo em 31/12/2018*	620
(+) Adição	140.626
(-) Pagamento de principal	(1.310)
(-) Pagamento de juros	(4.775)
(+) Juros incorridos	4.803
Saldo em 31/03/2019	139.964
Circulante	11.746
Não circulante	128.218

Notas Explicativas

*Em 31 de dezembro de 2018 este montante estava registrado na rubrica de empréstimos e financiamentos.

- c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante

	<u>31/03/2019</u>
2020 (a partir de 1º de abril)	6.646
2021	8.865
2022	9.818
2023	7.839
2024	5.488
Mais de 5 anos	89.562
Total	<u>128.218</u>

- d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$1.702 referente a despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo nas informações contábeis intermediária.

18. Provisões diversas

A Companhia tem registrado como provisões diversas os seguintes saldos:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para fretes (i)	12.574	14.757
Provisão para acordos contratuais (ii)	9.415	16.365
Provisão para contas a pagar	2.041	2.981
Outras	3.252	2.976
	<u>27.282</u>	<u>37.079</u>

- (i) Refere-se à estimativa dos fretes devidos pela distribuição de produtos, porém, ainda não faturados contra a Companhia pelos respectivos transportadores.
- (ii) Refere-se à estimativa de valores a pagar relacionados a compromissos assumidos em contrato com clientes para apoio comercial, logístico e financeiro, liquidados por meio de abatimento em recebíveis ou pelo pagamento em bases mensais, trimestrais e anuais.

Notas Explicativas

19. Outras contas a pagar

A Companhia tem registrado como outras contas a pagar os seguintes saldos:

	31/03/2019	31/12/2018
Fretes	10.025	9.904
Verbas e ações promocionais	734	84
Concessionárias (água, luz e telefone)	8.802	8.565
Seguros	8.028	9.726
Outras	3.790	5.813
	31.379	34.092

20. Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de origem tributária, trabalhista e cível que se encontram em instâncias diversas. As provisões para demandas judiciais, constituídas para fazer face a prováveis perdas decorrentes dos processos em curso, são efetuadas e atualizadas com base na avaliação da possibilidade de perda estimada pelos consultores jurídicos da Companhia. Os processos classificados com chances de perda "possível" e "remota" não possuem provisão, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A composição dos saldos está apresentada a seguir:

	31/03/2019	31/12/2018
Tributárias	1.291	5.114
Trabalhistas	10.836	11.516
Cíveis e outras	11.872	10.968
Total	23.999	27.598

A natureza das atuais provisões pode ser sumariada como segue:

Tributárias - correspondem substancialmente a divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais, e parte dessas demandas vem sendo discutida judicialmente, principalmente quanto à incidência de contribuições previdenciárias e tributação de IPI, cujo entendimento da Companhia a partir de 2010, com base em opinião de seus consultores jurídicos, é por provável expectativa de perda.

Os processos judiciais nos quais a Companhia figurava como parte e foram avaliados pelos seus consultores legais como sendo de risco possível montam em 31 de março de 2019 no valor aproximado de R\$ 138.248 (R\$ 152.182 em 31 de dezembro de 2018). Tais processos envolvem principalmente autuações de autoridades fiscais por revisões nas apurações de impostos, como IRPJ, CSLL, ICMS, PIS/COFINS, IPI, CPMF e INSS, e também ações impetradas pela Companhia como autora questionando critérios e bases de apuração para tributos recolhidos. Devido à sua classificação de risco como possível, essas causas não foram registradas nessas informações

Notas Explicativas

contábeis intermediárias e estão sendo apenas divulgadas, conforme requerido pelas práticas contábeis.

Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de ex-colaboradores relacionadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, horas extras, pagamento de adicionais por transferências, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía processos trabalhistas com probabilidade de perda possível que totalizavam R\$ 3.322 (R\$ 2.944 em 31 de dezembro de 2018), todos com a mesma natureza das causas prováveis. Devido à sua classificação de risco como possível, essas causas não foram registradas nessas informações contábeis intermediárias e estão sendo apenas divulgadas, conforme requerido pelas práticas contábeis.

Cíveis e outras - representam, principalmente, ações pleiteando danos morais, materiais e processos investigatórios de alterações nas especificações de produtos da Companhia.

De acordo com os assessores jurídicos, os processos cujas probabilidades de perda são classificadas como possível montam em 31 de março de 2019 no valor de R\$ 1.662 (R\$ 1.662 em 31 de dezembro de 2018), todos com a mesma natureza das causas prováveis. Devido à sua classificação de risco como possível, essas causas não foram registradas nessas informações contábeis intermediárias e estão sendo apenas divulgadas, conforme requerido pelas práticas contábeis.

A movimentação da provisão para demandas judiciais é demonstrada a seguir:

	Provisão para demandas judiciais
Em 1º de janeiro de 2018	28.854
Constituição de provisão	2.969
Transferência para contas a pagar	(5.268)
Processos baixados	(316)
Atualizações (inclusive monetárias)	1.359
Em 31 de dezembro de 2018	27.598
Constituição de provisão	3.717
Transferência para contas a pagar	(828)
Processos baixados	(7.169)
Atualizações (inclusive monetárias)	681
Em 31 de março de 2019	23.999

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos nas informações contábeis intermediárias, dado o direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes, e considerando que os impostos de renda

Notas Explicativas

diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável, que faculta a liquidação dos saldos numa base líquida.

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue conforme sua origem:

	Diferido ativo		Diferido passivo	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais de imposto de renda	32.438	34.777	-	-
Bases negativas de contribuição social	14.208	15.050	-	-
Diferenças temporárias				
Provisão para demandas judiciais	8.160	10.193	-	-
Provisão para acordos comerciais	4.204	6.746	-	-
Provisão para devedores duvidosos	5.218	4.530	-	-
Outras diferenças temporárias	5.823	3.762	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	10.034	10.370
Reserva de reavaliação	-	-	16.946	17.276
Total	70.051	75.058	26.980	27.646
Ativo líquido total	43.071	47.412	-	-

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 e IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributável decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos seguintes exercícios:

	2018
2019 (a partir de 1º de abril)	4.417
2020	643
2021	5.275
2022	10.864
2023	13.278
2024	12.169
Total	46.646

Ao fim do período, os créditos tributários registrados acima possuem prazo de aproveitamento em até seis anos. Sua realização está suportada pelo orçamento revisado de 2019 e as últimas projeções de resultados para os próximos anos, as quais sinalizam margens líquidas positivas e base de cálculo tributável de imposto de renda e contribuição social futura.

O passivo de imposto diferido é decorrente basicamente de reavaliações do ativo imobilizado realizadas em exercícios anteriores, assim como sobre o custo atribuído do ativo imobilizado registrado na data de transição dos CPC's e IFRS's. A realização desses impostos diferidos está vinculada à realização por depreciação ou alienação dos correspondentes bens.

A estimativa de quando esses valores serão realizados segue a vida útil do ativo imobilizado, de 3 a 42 anos.

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.720	3.198
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(11.465)	(1.087)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		
Adições e exclusões, líquidas - diferenças permanentes	(160)	(132)
Imposto de renda e contribuição social	(11.625)	(1.219)
Corrente	(7.284)	(709)
Diferidos	(4.341)	(510)
Alíquota efetiva - %	34,48	38,13

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital integralizado é de R\$ 52.658.

O capital é representado por 16.918 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Ajustes de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação

A composição dos ajustes de avaliação patrimonial é formada pelo custo atribuído do ativo imobilizado registrado no momento de transição para as novas práticas contábeis (CPC's e IFRS's), incluindo saldo de reserva de reavaliação sobre o ativo imobilizado efetuada em anos anteriores.

c) Dividendos

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado conforme a legislação societária. A Assembleia Geral de Acionistas pode deliberar também sobre a distribuição de resultados na forma de pagamentos de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente.

d) Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores em 31 de março de 2019 e 2018. Como não houve movimentação na quantidade de ações emitidas, o cálculo efetuado pela Companhia não apresentou quantidades de ações dilutivas, sendo o lucro diluído por ação igual ao lucro básico por ação. A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro que possa diluir suas ações e ser considerado no cálculo.

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro líquido do período	22.095	1.979
Ações em circulação no final do período	16.918	16.918
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no fim do período	1,31	0,12

Notas Explicativas

23. Receita líquida das vendas

	31/03/2019	31/03/2018
Receita bruta de vendas		
No mercado interno	450.421	422.873
No mercado externo	29.131	29.729
Impostos sobre vendas e outras deduções	(99.453)	(93.022)
Incentivos fiscais	1.749	2.512
Devoluções e cancelamentos	(5.793)	(5.484)
Receita líquida de vendas	376.055	356.608

24. Informações por segmento de negócios

As informações por segmento de negócios estão sendo apresentadas conforme a Administração definiu a estrutura de gerenciamento operacional e com base nos relatórios utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia, revisados pela Diretoria executiva. Esta efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva de resultado e a ótica de linhas de produto e canais de comercialização, a fim de avaliar o desempenho e alocar novos recursos de investimentos.

As informações sobre os negócios somente consideram as transações e saldos diretamente atribuíveis aos segmentos, e que podem ser alocados em bases razoáveis, razão pela qual restringem-se à apuração do resultado operacional antes do resultado financeiro e não contemplam itens do ativo e passivo e receitas e despesas financeiras, bem como o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, em função de a administração dos segmentos não ocorrer separadamente nesse nível de detalhes e não ser possível a sua atribuição a cada um desses segmentos de forma objetiva.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria executiva e correspondentes aos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018, são as seguintes:

a) Para o período findo em 31 de março de 2019:

Descrição	Produtos de consumo	Demais negócios (*)	Corporativo	Total
Receita líquida das vendas	295.012	81.043	-	376.055
Custo dos produtos vendidos	(193.655)	(66.707)	-	(260.362)
Lucro bruto	101.357	14.336	-	115.693
Margem bruta %	34,4%	17,7%	-	30,8%
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(71.811)	(10.409)	-	(82.220)
Gerais e administrativas	-	-	(19.363)	(19.363)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	17.812	17.812
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	-	-	(2.024)	(2.024)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	29.546	3.927	(3.575)	29.898

(*) Vide nota explicativa 1.a – Contexto operacional.

Notas Explicativas

b) Para o período findo em 31 de março de 2018:

Descrição	Produtos de consumo	Demais negócios (*)	Corporativo	Total
Receita líquida das vendas	277.039	79.569	-	356.608
Custo dos produtos vendidos	(174.888)	(61.896)	-	(236.784)
Lucro bruto	102.151	17.673	-	119.824
Margem bruta%	36,9%	22,2%	-	33,6%
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(68.644)	(12.836)	-	(81.480)
Gerais e administrativas	-	-	(16.638)	(16.638)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(1.643)	(1.643)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	-	-	(221)	(221)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	33.507	4.837	(18.502)	19.842

(*) Vide nota explicativa 1.a – Contexto operacional.

25. Custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada nas suas funções. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado em 31 de março de 2019 e 2018 são apresentadas a seguir:

	31/03/2019	31/03/2018
Matérias-primas e materiais de consumo	(196.398)	(179.796)
Despesa com salários e encargos	(51.591)	(48.447)
Despesa com fretes	(34.198)	(35.948)
Despesas variáveis de vendas (i)	(24.210)	(22.301)
Despesa com água, telefone, energia elétrica e gás	(29.455)	(24.448)
Depreciação e amortização	(16.331)	(12.426)
Despesa com tributos	(1.750)	(928)
Despesas com aluguel	(323)	(5.332)
Despesas com transportes	(1.513)	(1.263)
Provisão para perda nos estoques	(181)	(277)
Despesas com seguro	(1.751)	(1.388)
Outras despesas	(4.244)	(2.348)
Custo total dos custos dos produtos vendidos, despesas de vendas e despesas administrativas	(361.945)	(334.902)
Custo dos produtos vendidos	(260.362)	(236.784)
Despesas de vendas	(82.220)	(81.480)
Despesas administrativas	(19.363)	(16.638)

(i) Inclui valores relativos a acordos comerciais, promoções de vendas, bonificações, merchandising e comissões de vendas.

Notas Explicativas

26. Resultado financeiro

	31/03/2019	31/03/2018
Aplicações financeiras	388	2
Atualização monetária de créditos tributários (i)	27.032	929
Juros sobre créditos a receber	103	129
Ganhos com derivativos (swap de câmbio)	-	17
Atualização de créditos com partes relacionadas	215	212
Outras	472	179
Total das receitas financeiras	28.210	1.468
Juros e despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.804)	(10.590)
Encargo financeiro de arrendamento mercantil (ii)	(4.803)	(38)
Juros sobre as contas a pagar e com aquisição de insumos (celulose)	(1.096)	(2.067)
Custo de transação	(1.610)	(1.611)
Despesas bancárias com cobranças e IOF	(190)	(175)
Juros com operações de cessão	(2.356)	(2.596)
Outras	(2.996)	(1.807)
Total das despesas financeiras	(23.855)	(18.884)
Empréstimos e financiamentos	(610)	741
Outros ativos e passivos - líquidos	77	31
Total das variações cambiais	(533)	772
Resultado financeiro, líquido	3.822	(16.644)

(i) Em março de 2019 foi registrada (a) atualização monetária no montante de R\$ 23.153 sobre créditos extemporâneos de ação transitada em julgado em janeiro de 2019 referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e (b) atualização monetária no montante de R\$ 3.976 sobre créditos extemporâneos de ICMS sobre bonificações registrados em dezembro de 2018.

(ii) Vide nota explicativa 17.b – Passivo de arrendamento.

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos nas datas dos balanços decorrentes principalmente de contratos de aquisição de produtos, insumos e serviços, aluguéis de imóveis e arrendamento operacional. Os valores correspondentes a esses compromissos não estão refletidos no balanço patrimonial. Os desembolsos futuros assumidos em decorrência dos principais contratos são demonstrados como segue (incluindo estimativas):

	31/03/2019	31/12/2018
Celulose		
Dentro de um ano	391.387	392.571
Mais de um ano e menos de cinco anos	300.268	399.441
Aluguéis de imóveis (i)		
Dentro de um ano	-	21.508
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	79.473
Mais de cinco anos	-	173.394
Energia elétrica/térmica		
Dentro de um ano	65.353	82.028
Mais de um ano e menos de cinco anos	165.758	-
Total dos compromissos	922.766	1.148.415

Notas Explicativas

- (i) Os valores correspondentes aos compromissos futuros de aluguéis estão registrados no balanço patrimonial na rubrica de empréstimos e financiamentos em atendimento ao CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos adotado pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019.

28. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado envolvendo partes relacionadas e a remuneração de profissionais-chave da Administração estão apresentados a seguir:

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	31/03/2019	31/12/2018
Ativo não circulante		
Partes relacionadas - direitos creditórios		
HIM Participações S.A. (i)	7.216	7.108
MAINA Participações S.A. (i)	7.216	7.109
Santher Argentina S.A (ii)	377	377
(-) Provisão devedores duvidosos (iv)	(377)	(377)
	14.432	14.217
Ativo Imobilizado – CPC 06 (R2)/IFRS16		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda. (vii)	106.849	-
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda. (vii)	20.041	-
	126.890	-
Passivo circulante		
Outras contas a pagar (aluguéis) (iii)		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.	1.284	1.284
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda.	495	495
	1.779	1.779
Passivo de arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS16		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda. (vii)	2.814	-
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda. (vii)	4.035	-
	6.849	-
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (nota 13)		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.(v)	12.808	11.490
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda.(v)	8.820	7.910
PMH Participações Ltda.(v)	509	461
RMH Participações Ltda.(v)	509	461
Mútuo com acionistas (vi)	2.015	1.975
	24.661	22.297
Passivo de arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS16		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.(vii)	107.413	-
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda. (vii)	16.360	-
	123.773	-

Notas Explicativas

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Demonstração do resultado		
Despesa com vendas (iii)		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.	(2.570)	(3.467)
Despesas gerais e administrativas (iii)		
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda.	(1.301)	(1.411)
PMH Participações Ltda.	(77)	(48)
RMH Participações Ltda.	(77)	(48)
	<u>(1.455)</u>	<u>(1.507)</u>
Receitas financeiras (i)		
HIM Participações S.A.	108	106
MAINÁ Participações S.A.	107	106
	<u>215</u>	<u>212</u>
Despesas financeiras		
Qualyservice Empreendimentos Imob. Spe Ltda.(v)	(4.141)	(159)
HPE Projetos Imobiliários Spe Ltda.(v)	(760)	(110)
PMH Participações Ltda.(v)	(9)	(7)
RMH Participações Ltda.(v)	(9)	(7)
Mútuo com acionistas (vi)	(40)	(48)
	<u>(4.959)</u>	<u>(331)</u>
	<u>(8.769)</u>	<u>(5.093)</u>

- (i) Refere-se a: (a) créditos pela cessão em caráter irrevogável aos acionistas controladores, GHP Participações S.A. e H3 Participações S.A., de direitos creditórios sobre ação judicial em fase de execução movida contra as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, decorrentes de diferenças de correção monetária e juros dos valores recolhidos como empréstimo compulsório sobre faturas de energia elétrica, com base na Lei nº 4.152/62. A Companhia recebeu em fevereiro de 2015, parte dos valores (R\$ 13.239, considerado em 31/12/2014 no curto prazo), sendo que a quitação do saldo remanescente dar-se-á em quatro parcelas semestrais e sucessivas, com vencimento a partir de 2020 e sujeitas à atualização monetária pela variação de 100% CDI, apropriada no resultado em receitas financeiras. Em 30 de novembro de 2016, as empresas GHP Participações S.A. e H3 Participações S.A. cederam e transferiram os créditos às cessionárias Mainá Participações S.A. e HIM Participações S.A., respectivamente, as quais assumiram integralmente a dívida de forma definitiva, irrevogável e irretroatável.
- (ii) Corresponde a empréstimos de mútuo para cobertura de despesas gerais da controlada que se encontram inativas no aguardo dos trâmites judiciais para encerramento da controlada (vide comentários na nota explicativa 10 - Investimentos).
- (iii) Refere-se à depreciação do ativo de direito de uso de imóveis para realização de atividades operacionais da Companhia.
- (iv) Corresponde à provisão para perda relacionada aos empréstimos de mútuo para cobertura de despesas gerais da controlada que se encontram inativas e em fase de encerramento da controlada (vide comentários na nota explicativa 10 - Investimentos).
- (v) Ao longo do ano de 2017, como forma de aumentar sua liquidez, a Companhia em comum acordo com seus locadores, deixou de realizar parte do pagamento dos aluguéis devidos. Em dezembro de 2017, foram firmados contratos de mútuo entre as partes, estabelecendo a atualização dos valores considerando a aplicação de CDI + 4% a.a. até 23 de janeiro de 2018, 100% do CDI entre 24 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, CDI + 2% a.a. em 2019 e 2020 e CDI + 4% a.a. a partir de 2021. O vencimento da dívida ocorrerá em dezembro de 2022. Além disso, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamento mercantil que passou a exigir a contabilização de despesas com juros decorrentes dos contratos enquadrados nesta nova norma.
- (vi) Em dezembro de 2016, acionistas concederam empréstimo à Companhia no valor individual principal de R\$ 800. Os valores estão sendo corrigidos a aplicação de CDI + 4% a.a. até 23 de janeiro de 2018, 100% do CDI entre 24 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, CDI + 2% a.a. em 2019 e 2020 e CDI + 4% a.a. a partir de 2021. O vencimento da dívida ocorrerá em dezembro de 2022.
- (vii) Impactos da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme nota explicativa 2.2. Mudanças nas principais políticas contábeis.

Notas Explicativas

b) Remuneração de pessoal-chave de Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração total, incluindo encargos sociais e benefícios, reconhecidos nos resultados dos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018, está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Conselho de Administração		
Vencimentos e encargos	2.416	2.295
Diretoria Executiva		
Salários e encargos	1.577	1.179
Participação em lucros e resultados - PLR	1.131	729
Gratificações e benefícios	136	86
Total	<u>5.260</u>	<u>4.289</u>

c) Identificação das partes relacionadas

Exceto pelas transações com acionistas, as demais partes relacionadas são parte do mesmo Grupo Econômico dos controladores finais.

29. Gestão de capital, risco financeiro e instrumentos financeiros

29.1. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A dívida líquida compreende os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros passivos, deduzidos pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa e mais instrumentos financeiros ativos. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos no período com relação aos descritos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os indicadores estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	435.996	446.890
Debêntures (Nota 13)	128.567	128.386
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(4.807)	(8.116)
(-) Instrumentos financeiros ativos (Nota 5)	(9.106)	(12.413)
Dívida líquida	550.650	554.747
Patrimônio líquido	28.714	6.619
Índice de alavancagem financeira	19,18	83,81

29.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, de valor justo, de taxa de juros, de fluxo de caixa, de preço, de crédito e de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação as transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

a) Riscos com taxas de câmbio

O risco associado com câmbio decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A maior parte da receita da Companhia ("concentração de vendas") advém dos produtos de consumo, sobretudo papel higiênico e papel toalha, e uma parcela significativa dos insumos é a celulose ("concentração de matéria-prima"). Caso o preço da celulose tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar para os preços de venda esse aumento no custo ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional pode ser impactada.

Parte substancial das operações de empréstimos em moeda estrangeira da Companhia são Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) e Pré-Pagamentos de Exportação (PPE), que também estão expostos a riscos com taxas de câmbio. Dessa forma, a Companhia entende que não existem riscos significativos pela alteração da taxa de câmbio, uma vez que possui ativos (exportações) e passivos em moeda estrangeira (ACC e PPE), o que acaba proporcionando um *hedge* natural dentro dessas operações.

Notas Explicativas

b) Exposição cambial líquida

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía ativos denominados em dólar no montante de R\$ 32.001 (R\$ 25.880 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresentava o montante de R\$ 132.762 em moeda estrangeira na rubrica "Empréstimos e financiamentos" (R\$ 136.563 em 31 de dezembro de 2018), e R\$ 6.638 na rubrica "Fornecedores" (R\$ 3.638 em 31 de dezembro de 2018). A variação cambial líquida decorrente das dívidas e créditos até 31 de março de 2019 foi negativa no montante de R\$ 533 (positiva no montante de R\$ 772 em 31 de março de 2018).

i) *Exposição cambial líquida da Companhia em 31 de março de 2019:*

Exposição cambial	Ativo		Passivo		Exposição cambial líquida
	Instrumentos financeiros	Clientes	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	
Exposição em USD					
Dólar norte-americano	1.464	6.749	(1.704)	(34.070)	(27.561)
Valores convertidos em reais	5.703	26.298	(6.638)	(132.762)	(107.399)

ii) *Exposição cambial líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2018:*

Exposição cambial	Ativo		Passivo		Exposição cambial líquida
	Instrumentos financeiros	Clientes	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	
Exposição em USD					
Dólar norte-americano	739	5.940	(939)	(35.244)	(29.504)
Valores convertidos em reais	2.864	23.016	(3.638)	(136.563)	(114.321)

c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade sobre empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2019, que demonstra os riscos que podem gerar flutuações significativas para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando a data de vencimento de cada operação de empréstimos e financiamentos e utilizando as taxas referenciais da BM&F Bovespa.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos

Risco	Operação	Descrição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa do dólar	Empréstimo	Variação do dólar	10.269	(20.756)	(51.781)
Total perdas líquidas em comparação ao cenário I				(31.025)	(62.050)

d) Risco com taxas de juros

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação dos juros de mercado. A exposição da Companhia deriva de financiamentos do BNDES corrigidos pela TJLP, e de empréstimos e aplicações financeiras atualizadas com base no CDI. A variação desfavorável nas taxas de juros pode afetar negativamente as despesas financeiras.

			Taxa de juros	I	II	III	IV	V
Exposição patrimonial	Exposição R\$	Risco	efetiva em 31/03/2019	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Passivo								
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	431.385	Variação do CDI	5,77%	24.905	31.131	37.357	18.678	12.452
Empréstimos e financiamentos	121.711	Variação da Libor	2,49%	3.035	3.793	4.552	2.276	1.517
Efeito no resultado					6.985	13.970	(6.985)	(13.970)
Ativo								
Aplicações financeiras	9.106	Variação do CDI	5,77%	526	657	789	394	263
Efeito no resultado					131	263	(131)	(263)

e) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber. Vide nota explicativa 6 – Contas a receber para maiores detalhes sobre os saldos.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. Vide notas explicativas 4 – Caixa e equivalentes de caixa e 5 – Instrumentos financeiros para maiores detalhes sobre os saldos.

f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Notas Explicativas

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças e Controladoria.

g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e partes relacionadas. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil - todas de primeira linha e com reduzido risco de crédito, e os recebíveis são compostos principalmente pelo saldo de contas a receber.

h) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com destaque para aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. Não houve no período findo em 31 de março de 2019 alterações na gestão desses instrumentos, características ou fatores de risco com câmbio, taxas de juros, crédito, liquidez, derivativos ou de negócio relacionados comparativamente a esses instrumentos das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018.

i) Derivativos

A Companhia não possui instrumentos derivativos contratados nos três primeiros meses do ano de 2019.

j) Valor justo e classificações dos instrumentos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação do valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Hierarquia de Valor justo	Valor contábil 31/03/2019	Valor justo 31/03/2019	Valor contábil 31/12/2018	Valor justo 31/12/2018
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	4.807	4.807	8.116	8.116
Instrumentos financeiros	Nível 2	9.106	9.106	12.413	12.413
Contas a receber	Nível 2	130.317	130.317	158.589	158.589
Partes relacionadas	Nível 2	14.432	14.432	14.217	14.217
Total		158.662	158.662	193.335	193.335
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	435.996	387.104	446.890	385.535
Fornecedores	Nível 2	302.997	302.997	330.424	330.424
Debêntures	Nível 2	128.567	128.567	128.386	128.386
Passivo de arrendamento	Nível 2	185.996	185.996	-	-
Total		1.053.556	1.004.664	905.700	844.345

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Notas Explicativas

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total em 31 de março de 2019
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	4.807	4.807
Instrumentos financeiros	5	9.106	-	9.106
Contas a receber	6	-	130.317	130.317
Partes relacionadas	27	-	14.432	14.432
Total		9.106	149.556	158.662
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13	-	435.996	435.996
Fornecedores	14	-	302.997	302.997
Debêntures	13	-	128.567	128.567
Passivo de arrendamento	17	-	185.996	185.996
Total		-	1.053.556	1.053.556

	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	8.116	8.116
Instrumentos financeiros	5	12.413	-	12.413
Contas a receber	6	-	158.589	158.589
Partes relacionadas	27	-	14.217	14.217
Total		12.413	180.922	193.335
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13	-	446.890	446.890
Fornecedores	14	-	330.424	330.424
Debêntures	13	-	128.386	128.386
Total		-	905.700	905.700

30. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado, coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Notas Explicativas

Ramo	Importância segurada
Danos materiais, transportes, quebra de máquinas e lucros cessantes	4.100.340
Responsabilidade civil	20.000
D&O	50.000

O Conselho de Administração

José Rubens de La Rosa
Presidente

Fernando Cunha de Figueiredo Torres
Diretor Financeiro

Edmilson Botario de Barros
Contador CRC - 1SP223429/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Fábio Lopes do Carmo
Contador CRC 1SP192172/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Nos termos da Instrução CVM no. 480/2009, o Conselho Fiscal declara que revisou, discutiu e concorda com estas Informações contábeis intermediárias e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Instrução CVM no. 480/2009, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com estas Informações Contábeis Intermediárias e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos da Instrução CVM no. 480/2009, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com estas Informações Contábeis Intermediárias e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.